

Mensagem nº 454

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006 submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ AUGUSTO SILVEIRA DE ANDRADE FILHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.

Os méritos do Senhor José Augusto Silveira de Andrade Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de agosto de 2018.

Brasília, 6 de Agosto de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JOSÉ AUGUSTO SILVEIRA DE ANDRADE FILHO**, ministro de segunda classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ AUGUSTO SILVEIRA DE ANDRADE FILHO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 401 - C. Civil.

Em 16 de agosto de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ AUGUSTO SILVEIRA DE ANDRADE FILHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.

Atenciosamente,

DANIEL SIGELMANN
Secretário-Executivo da Casa Civil
da Presidência da República
(Portaria nº 1.925/CC-Pr, de 26 de setembro de 2016)

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE JOSÉ AUGUSTO SILVEIRA DE ANDRADE FILHO

CPF: 151.032.691-04

ID: 437877 SSP/DF

1958 Filho de José Augusto Silveira de Andrade Netto e Orzette Silveira de Andrade, nasce em 11 de agosto, em Caxias do Sul/RS

Dados Acadêmicos:

1985 CPCD - IRBr

1996 CAD - IRBr

2009 CAE- IRBr - "Observação internacional de eleições: instrumento adicional para a atuação diplomática brasileira"

Cargos:

1986 Terceiro-secretário

1992 Segundo-secretário

1998 Primeiro-secretário, por merecimento

2005 Conselheiro, por merecimento

2011 Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

1986-89 Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente

1989-91 Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, assistente

1991-93 Departamento do Meio Ambiente, assistente

1993-96 Embaixada em Bonn, segundo-secretário

1996-98 Embaixada em La Paz, segundo-secretário

1998-2000 Presidência da República, Cerimonial, assessor

2000-04 Missão junto à OEA, Washington, primeiro-secretário

2004-06 Delegação Permanente junto à Aladi e ao Mercosul, Montevideu, primeiro-secretário

2006-09 Embaixada em La Paz, conselheiro

2009-11 Consulado-Geral em Londres, conselheiro

2011-15 Embaixada em Pretória, conselheiro e ministro-conselheiro

2015 Consulado-Geral em Santa Cruz de la Sierra, cônsul-geral

Condecorações:

2013 Quadro da Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador

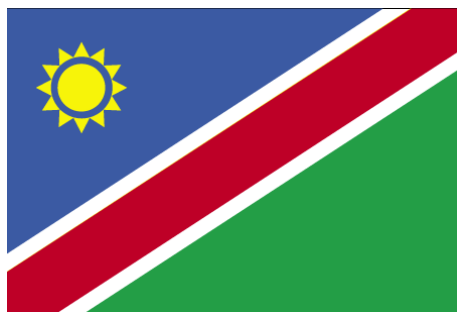
2015 Quadro Ordinário da Ordem do Rio Branco, Grande Oficial

CLAUDIA KIMIKO ISHITANI CHRISTÓFOLO

DIRETORA, SUBSTITUTA, DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

NAMÍBIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República da Namíbia
GENTÍLICO:	namibiano
CAPITAL:	Windhoek
ÁREA:	823.290 Km ²

POPULAÇÃO (CENSO 2017):	2,458 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Inglês (oficial), africâner, alemão e línguas nativas (Oshivambo, Herero, Nama, etc)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristãs, sobretudo luterana (50%) e religiões tradicionais africanas (10 a 20%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialista
CHEFE DE ESTADO:	Hage Geingob (desde mar/2015)
CHEFE DE GOVERNO:	Saara Kuugongelwa-Amadhila (desde mar/2015)
CHANCELER:	Netumbo Nandi-Ndaitwah (desde dez/2012)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 11,49 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	US\$ 25,5 bilhões
PIB PER CAPITA (2017)	US\$ 4.673
PIB PPP PER CAPITA (2017)	US\$ 10.411
VARIAÇÃO DO PIB	5,2% (2015); 6,4% (2014); 5,6% (2013); 5,06% (2012)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,625 (120º no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	64,6 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	90,8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):	37%
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar namibiano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Eduardo Carvalho (desde mai/2015)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Samuel Nuuyoma (desde jan/2016)

BRASIL NAMÍBIA US\$ mil (FOB)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Intercâmbio	23.054	52.414	19.656	25.635	26.264	23.943	28.328	7.038	24.196	11.349
Exportações	22.988	52.412	19.438	24.372	26.171	23.913	28.207	7.021	24.013	11.108
Importações	66	2	219	1.263	93	30	121	17	183	241
Saldo	22.923	52.410	19.219	23.109	26.078	23.883	28.086	7.004	23.829	10.867

Com dados da Divisão de Inteligência Comercial (MRE/DPR/DIC, com base em dados do MDIC/SECEX, julho de 2018)

APRESENTAÇÃO

A República da Namíbia, com área superior a 800 mil km² e população de cerca de 2,5 milhões de habitantes, localiza-se na porção sudoeste do continente africano, banhada pelo Oceano Atlântico. Possui fronteiras terrestres com a África do Sul, ao sul; com o Botsuana, a leste; com Angola, ao norte; e, no extremo nordeste do país, nos limites da região do Zambezi (outrora conhecida como “Faixa de Caprivi”), com a Zâmbia. A cerca de 200 metros da fronteira namibiana com a Zâmbia, está o Zimbábue, com quem oficialmente a Namíbia não possui fronteiras.

A maior parte do território namibiano tornou-se um protetorado do império alemão em 1884, tendo permanecido como colônia germânica até o fim da Primeira Guerra Mundial. Em 1920, a Liga das Nações transferiu sua administração para a África do Sul, que impôs suas leis ao novo território, inclusive a política de *apartheid*, em vigor desde 1948. Em 1973, em meio ao processo de descolonização no continente africano, a ONU reconheceu a SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano) como representante oficial do povo namibiano.

Após longa luta contra o governo sul-africano, em 21 de março de 1990 a Namíbia teve reconhecida sua independência (embora a cidade portuária de Walvis Bay tenha permanecido sob controle sul-africano até 1994).

PERFIS BIOGRÁFICOS

Hage Geingob
Presidente



Nascido em 3 de Agosto de 1941, Hage Geingob iniciou sua militância ainda jovem. Aos 20 anos, teve que se exilar no Botsuana, onde foi nomeado, em 1963, representante da South West Africa People's Organization (SWAPO) – atualmente partido político e antes movimento pró-independência. Em 1964, migrou para os Estados Unidos, onde concluiu a educação superior e obteve título de Mestre em Relações Internacionais pela New School University, em Nova Iorque. Também em 1964, foi escolhido representante da SWAPO junto às Nações Unidas, posto no qual permaneceu até 1971. Em 1972, foi nomeado oficial de assuntos políticos junto ao Secretariado das Nações Unidas, e em 1975, diretor do Instituto da ONU para a Namíbia. Em 1989, voltou à Namíbia - após 27 anos - para chefiar a campanha da SWAPO nas primeiras eleições independentes do país. No mesmo ano, foi eleito chairman da Assembleia Constituinte responsável pela redação da Constituição. Em 1990, tornou-se primeiro-ministro, cargo para o qual foi reeleito em 1995. Em 2002, deixou o cargo e, no ano seguinte, assumiu o secretariado executivo do fórum intergovernamental Global Coalition for Africa, baseado em Washington. Em 2007, foi eleito vice-presidente da SWAPO e indicado para o Ministério da Indústria e Comércio. Em 2012, foi reeleito para a Vice-Presidência do partido e novamente nomeado primeiro-ministro, credenciando-se para a sucessão do presidente Hifikepunye Pohamba nas eleições de 2014. Em novembro de 2014, foi eleito presidente da Namíbia com 86,7 % dos votos, maior votação da história do país.

Saara Kuugongelwa-Amadhila
Primeira-Ministra



Nascida em 12 de outubro de 1967, na província de Omusati, Saara Kuugongelwa-Amadhila é membro da SWAPO desde 1980. No âmbito de sua militância pela independência da Namíbia, exilou-se em Serra Leoa em 1982, com apenas 15 anos. Graduou-se em economia pela *Lincoln University* (Pensilvânia, Estados Unidos), em 1994. Kuugongelwa é membro da Assembleia Nacional da Namíbia desde 1995, ano em que foi designada diretora-geral da Comissão Nacional de Planejamento (órgão ligado à Presidência). Em 2003, foi indicada para o cargo de ministra das Finanças, no qual permaneceu até 2015. Com a eleição de Hage Geingob para a Presidência, foi convidada a ocupar o cargo de primeira-ministra da Namíbia.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Governo brasileiro estabeleceu contatos com a SWAPO desde a década anterior à independência da Namíbia (21 de março de 1990). Sam Nujoma, principal liderança da SWAPO, realizou visita ao Brasil em março de 1987, quando foi recebido pelo então presidente José Sarney. Dois anos depois, o Brasil abriu Escritório de Observação em Windhoek. No âmbito da ONU, o Brasil apoiou o processo negociador que levou à independência do país.

As relações bilaterais iniciaram-se formalmente ainda em 1990, com a criação da embaixada brasileira na Namíbia, e, em 1991, com a visita oficial do então presidente Fernando Collor a Windhoek. Ao longo da década de 1990, as relações bilaterais adensaram-se com a assinatura do Acordo de Cooperação Naval, em 1994, e do Acordo Básico de Cooperação Técnica, em março de 1995.

A década de 2000 representou momento de fortalecimento da relação bilateral. Em 2001, com a assinatura de novo Acordo de Cooperação Técnica, renovou-se o principal instrumento de cooperação entre os dois países. Em 2003, além da abertura da embaixada da Namíbia em Brasília, ocorreram duas visitas oficiais a Windhoek: em maio, do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e, em novembro, do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em junho de 2004, o presidente Sam Nujoma esteve no Brasil, acompanhado de delegação empresarial e de altas autoridades do governo.

Logo após sua eleição, em 2004, o presidente Hifikepunye Pohamba afirmou esperar que o relacionamento com o Brasil fosse aprofundado não só em nível político, mas também – e principalmente – no âmbito econômico-comercial. Em março de 2005, o vice-presidente José Alencar visitou a Namíbia por ocasião da posse de Pohamba. Em setembro de 2008, o ministro das Relações Exteriores namibiano, Marco Hausiku, viajou ao Brasil e assinou Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas. No ano seguinte, o presidente Pohamba visitou novamente nosso país.

Em julho de 2011, o ministro Antonio Patriota esteve em Windhoek e, em maio de 2012, o chanceler Utoni Nujoma veio ao Brasil. Entre os temas abordados, destacaram-se a cooperação naval e o apoio brasileiro ao levantamento da plataforma continental namibiana, a atuação da Petrobras e da HRT na Namíbia, bem como a expectativa de que a presença brasileira no país pudesse ser estendida a setores como mineração, beneficiamento de diamantes e modernização do porto de Walvis Bay. O ministro Celso Amorim realizou visita à Namíbia em 2013. Em maio de 2017, o ministro Aloysio Nunes Ferreira visitou Windhoek, oportunidade em que foram tratados temas de cooperação naval e nas áreas de saúde, agricultura e investimentos.

Cooperação em defesa

A cooperação em matéria de defesa é tema central nas relações entre o Brasil e a Namíbia, respaldada pelo Acordo de Cooperação em Defesa, assinado em 2009 e em vigor internacional desde agosto de 2011. Além de frequentes trocas de visitas de alto nível, inclusive de ministros da Defesa, mecanismos como o Grupo de Trabalho Bilateral em Defesa refletem a atenção especial conferida a esse tema por ambos os países.

Cooperação Naval

A cooperação naval é o principal motor da cooperação bilateral em matéria de defesa. Foi iniciada em 1994, quando da devolução do porto de Walvis Bay à Namíbia pela África do Sul, tendo sido a Fragata brasileira "Niterói" o primeiro navio a atracar sob jurisdição namibiana. Ainda naquele ano foi criada a Missão Naval do Brasil na Namíbia, instituição que vem aprofundando o conhecimento mútuo das Marinhas de ambos os países, e assinado o Acordo de Cooperação Naval entre os dois países (renovado em 2001) com o objetivo de criar e fortalecer a Força Naval da Namíbia, por meio de formação e treinamento de pessoal militar, fornecimento de equipamentos e serviços, e estabelecimento de estrutura de cooperação.

Ainda no âmbito da cooperação naval, o Brasil, por meio da EMGEPRON, ajudou na coleta de dados da plataforma continental da Namíbia e na elaboração do Relatório de Submissão às Nações Unidas apresentado por aquele país, em 2009, à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC).

Em 2004, o Brasil doou à Marinha da Namíbia a Corveta "Purus", rebatizada "NS Lt-Gen Dimo Hammambo", e forneceu apoio logístico, assistência técnica e treinamento a toda a tripulação. No mesmo ano, foi assinado Acordo para o fornecimento de um Navio-Patrolha de 200 toneladas e duas Lanchas-Patrolha, o que resultou na entrega oficial à Marinha da Namíbia, em 2009, do Navio Patrulha "Brendan Sinbwaye", da classe Grajaú, construído pela Indústria Naval do Ceará (INACE), e de duas Lanchas de Patrulha da classe Marlim.

De 2001 a 2011, 1179 militares namibianos (90% do efetivo da Marinha) foram formados em escolas brasileiras. Com apoio de instrutores brasileiros, o Curso de Formação de Marinheiros na Base de Walvis Bay tem formado, desde 2011, cerca de 50 militares namibianos por ano. Em 2017, foram realizadas diversas atividades de intercâmbio e treinamento militar, no Brasil e na Namíbia, inclusive Curso de Formação de fuzileiros navais, especialização em infantaria, estágio básico de operações especiais e outros cursos técnicos. Um oficial namibiano se formou na Escola Naval, no Rio de Janeiro, com dois outros ingressando na mesma instituição. Cerca de 30 namibianos realizaram curso de preparação de marinheiros no Brasil.

A cooperação prossegue em 2018, com as seguintes atividades: curso de Formação de fuzileiros navais; curso de Especialização em infantaria, para fuzileiros navais; estágio Básico de Operações Especiais, para fuzileiros navais voluntários; recebimento de trinta marinheiros namibianos no Curso de Especialização, com vistas à sua promoção a cabo; ingresso de um oficial da Marinha da Namíbia na Escola Naval, no Rio de Janeiro; e apoio na elaboração de doutrina da Marinha de Guerra namibiana.

Cooperação em matéria de forças terrestres

Em 2013, a cooperação bilateral se expandiu para incorporar as forças terrestres e, a partir do ano seguinte, oficiais do Exército brasileiro passaram a ministrar aulas de português aos militares namibianos, com vistas a possibilitar-lhes seguir curso de treinamento no Brasil. A partir de 2015, oficiais e praças do Exército da Namíbia começaram a cursar os institutos de treinamento militar no Brasil.

No campo das forças terrestres, a cooperação no período 2015-17 incluiu cursos para oficiais e praças nos centros de ensino a seguir: Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Academia Militar Agulhas Negras, Escola de Sargentos das Armas e Escola de Aperfeiçoamento de Sargento das Armas. Também se ofereceu treinamento no Precurso de Paraquedistas, no Curso de Técnicas de Construção para Sargentos, no Curso de Pelotão de Escolta e no curso de Operações na Caatinga.

Em 2018, oferecem-se vagas para nove oficiais e seis praças nos centros de ensino: Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Academia Militar Agulhas Negras, Escola de Sargento das Armas e Escola de Aperfeiçoamento de Sargento das Armas, além do Curso de Cartografia e Sistemas de Informação Geográfica.

Desde 2014, 118 militares das Forças Terrestres formaram-se nos cursos da língua portuguesa ministrados em solo namibiano por oficial do Exército brasileiro. Em 2018, serão formados outros 13 alunos.

Indústria de defesa

A convite do então Comandante do Exército Brasileiro, General-de-Exército Enzo Martins Peri, o Comandante do Exército da Namíbia, Major-General Thomas Hamunyela, realizou visita ao Brasil entre os dias 18 e 25 de outubro de 2014, com o especial interesse de incrementar a cooperação bilateral na área de ensino militar, reconhecendo no Exército Brasileiro “uma referência mundial”.

Atendendo a pedidos especiais da parte namibiana, foi feita apresentação da empresa brasileira Agrale, sobre a sete diferentes versões da família veículos militares 'Marruá' - uma vez que as Forças de Defesa da Namíbia adquiriram 140 dessas viaturas, e há perspectiva de assinatura de novos contratos. O General Hamunyela visitou também a sede da empresa Avibras, localizada em São José dos Campos, onde manifestou grande interesse pelo Sistema ASTROS 2020.

Por fim, cumpre ressaltar, ainda na área de produtos de defesa, o interesse manifestado pelo então Ministro da Defesa namibiano, Charles Namoloh, por ocasião de sua visita oficial a Brasília, em outubro de 2012, em adquirir aeronaves A-29 Super Tucano da Embraer, além de veículos militares blindados e sistemas de comunicação e monitoramento. Executivos da Embraer Defesa e Segurança têm visitado a Namíbia, desde 2014, procurando enfatizar a adequação dos aviões Super Tucano e KC-390 aos desejos do país de ampliar sua capacidade de participar de missões de paz no cenário africano.

Comércio bilateral

Em 2017, a corrente de comércio bilateral somou US\$11,349 milhões, sendo que o Brasil exportou US\$11,108 milhões para a Namíbia e importou US\$241 mil do país africano. A forte queda em relação a 2016 (quando a corrente atingiu US\$24,196 milhões) deveu-se ao fato de que, naquele ano, o Brasil realizou grande exportação, de mais de US\$ 20 milhões, de locomotivas e locotratores para a Namíbia. Em 2017, o açúcar foi o principal item da pauta de exportações do Brasil (47,5% do total, somando US\$5,273 milhões), seguido por carnes de frango (33,3% da pauta, ou US\$3,701 milhões).

As importações brasileiras com origem na Namíbia foram dominadas pelos mármore e outras pedras calcárias de construção, que representaram 72,7% da pauta (US\$175 mil). Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina e inseticidas representaram 11,4% da pauta de importações (US\$27 mil).

O Brasil foi o 66º importador de produtos namibianos, com participação de menos de 0,1% do total exportado pelo país (US\$3,846 bilhões), e ocupou o 21º lugar entre os exportadores para a Namíbia, com 0,2% de participação nas importações do país.

Nos últimos cinco anos, o superávit brasileiro caiu 9%, atingindo US\$ 23,8 milhões em 2016 (99º maior saldo positivo na balança comercial brasileira).

Air Namibia – Embraer

A companhia aérea local, *Air Namibia*, enfrenta dificuldades financeiras, sobretudo no que diz respeito a sua frota de Airbus A330 (2 aeronaves). A comissão de compras da empresa convidou a Embraer para apresentar proposta de renovação de sua frota (que já conta com 6 aeronaves Embraer ERJ 135, em regime de *leasing*). Em 18 de abril de 2018, delegação da empresa brasileira esteve na Namíbia para avançar nas tratativas, embora não se tenha, na ocasião, chegado a consenso sobre as possíveis formas de participação da Embraer na renovação da frota da *Air Namibia*.

Negociações para a assinatura de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)

O Brasil apresentou oficialmente à Namíbia, em abril de 2016, proposta de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). Embora tenha expressado a disposição de discutir a proposta brasileira, o governo do país indicou, em junho do mesmo ano, ter interrompido a negociação de tais instrumentos enquanto revisava sua política na matéria.

Temas consulares

Estima-se que cerca de 140 brasileiros residam atualmente na Namíbia. Não há registro de cidadãos brasileiros presos ou de casos consulares relevantes no país.

Vistos de Negócios

Proposta de acordo de isenção de vistos de negócios foi enviada à chancelaria local em 2012. Não houve, até o momento, reação do governo da Namíbia.

Cooperação Bilateral

A cooperação técnica com a Namíbia está amparada por Acordos de Cooperação Técnica celebrados em 1995 e 2001. A pauta bilateral de cooperação foi composta por projetos nas seguintes áreas: gestão de resíduos sólidos, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); desenvolvimento urbano, com a Caixa Econômica Federal (CEF); assistência à produção de frutas subtropicais e leguminosas, com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O investimento brasileiro na execução dessas iniciativas foi de cerca de US\$ 230 mil.

Cooperação Educacional

A participação de estudantes namibianos nos Programas Estudantes-Convênio Graduação e Pós-Graduação está amparada pelo Acordo de Cooperação Cultural e Educacional (em vigor desde 18/10/1998). Entre os anos 2000 e 2017, 52 estudantes namibianos vieram ao Brasil cursar graduação no âmbito do PEC-G, e 2 candidatos foram selecionados para cursar pós-graduação no âmbito do PEC-PG.

POLÍTICA INTERNA

Instituições

Desde que se tornou independente da África do Sul, em 1990, a Namíbia constitui-se como uma república presidencialista democrática, fundada no estado de direito. Reconhece-se o pluripartidarismo, e eleições diretas presidenciais, parlamentares e provinciais são realizadas regularmente a cada cinco anos. O Poder Legislativo é bicameral, dividido em Assembleia Nacional (câmara baixa, com 72 representantes) e Conselho Nacional (câmara alta, com 26 representantes). O Poder Judiciário opera com independência e o Ministério Público exerce efetivo e permanente controle sobre as ações de governo e sobre as finanças públicas. A Comissão Anticorrupção tem atuado para preservar um ambiente de respeito ao bem público e favorece a formação de um bom clima de negócios.

A Namíbia destaca-se entre os principais investidores africanos na área social. Cerca de 30% do orçamento é destinado à área social, especialmente educação e saúde. Não obstante esses investimentos sociais, dados do Banco Mundial indicam que, em 2016, 13,8% da população entre 15 e 49 anos de idade seria portadora do vírus HIV.

Desdobramentos recentes

Embora seja um regime multipartidário, o país tem sido governado ininterruptamente, desde a independência, pela SWAPO, movimento que liderou o processo de independência e que hoje, como partido político, detém mais de 2/3 dos assentos na Assembleia Nacional. A oposição limita-se a nove partidos pequenos, cinco dos quais com representação no Parlamento.

Sam Nujoma permaneceu quinze anos na Presidência (da independência, em março de 1990, a 2005), por três mandatos sucessivos. Goza de extrema popularidade. Em 2005, recebeu o título oficial de Pai Fundador da Nação Namibiana (*Founding Father of the Namibian Nation*). Sua administração foi norteadada por busca da reconciliação nacional, redução da pobreza, encaminhamento da reforma agrária, diversificação da economia e combate à pandemia do HIV/AIDS.

As eleições presidenciais de 2014 consagraram a vitória de Hage Geingob, que ocupava os cargos de primeiro-ministro e vice-presidente da SWAPO. Com 86,7 % dos votos, foi o presidente mais bem votado na história da Namíbia. Geingob conta com folgada maioria na Assembleia Nacional: dos 96 assentos em disputa nas últimas eleições, a SWAPO elegeu 77 parlamentares. Em meio às forças de oposição, a maior bancada é a da DTA, com 5 parlamentares.

No dia 14/07/2018, faleceu o célebre político Theo-Ben Gurirab, ícone da independência namibiana e um dos principais negociadores do processo de independência da Namíbia e da reincorporação da cidade de Walvis Bay à soberania namibiana. Seu falecimento foi motivo de grande comoção no país.

Debate político atual

No debate político atual, as discussões visando à suspensão da vigência do corredor sanitário situado ao norte do país são um dos principais focos das atenções. Delineado pelos alemães no século XIX para conter surtos de peste, o traçado da *redline* pouco se modificou desde então. A partir da década de 1960, passou a ser justificado como barreira necessária à circulação de vírus no campo, cujo foco de disseminação se originaria nas áreas setentrionais, onde o regime de chuvas é mais generoso e a aplicação de medidas profiláticas, menos criteriosa.

A *redline* divide o país em duas áreas com acentuadas distinções socioeconômicas. Nas áreas ao norte da linha divisória – que concentram a maioria da população namibiana e a maior parte da população negra –, os índices de pobreza, de desemprego e de infecção pelo vírus HIV são consideravelmente superiores aos índices registrados na parte meridional da linha. Há restrições, por exemplo, para a comercialização, no sul do país, de rebanhos criados no norte, constituindo um entrave ao desenvolvimento

econômico e à integração das regiões do país. No norte da Namíbia, estão cerca de 2 milhões das 2,8 milhões de cabeças de gado do país.

A reversão da marginalização de porções ao norte do território tem sido meta de políticas do atual governo, embora não sejam desprezíveis as críticas dos fazendeiros do centro-sul no sentido de que o fim da barreira sanitária poderia levar a novo ciclo de recessão econômica, com queda abrupta no preço da carne vendida localmente e aumento da dificuldade para exportar o produto para o mercado europeu.

Também em debate estão as medidas para reduzir as desigualdades de renda. O projeto de lei denominado *New Equitable Economic Empowerment Framework* (Neeef) prevê, por exemplo, mecanismos de participação dos empregados nas ações das companhias. Um dos pontos mais polêmicos – a venda obrigatória de 25% do controle das empresas dos brancos a empresários negros – acabou sendo retirado do projeto, embora o presidente Hage Geingob tenha-se manifestado com frequência em tom bastante crítico à proteção que a Constituição do país oferece aos namibianos mais ricos, muitos dos quais fazem parte da população branca.

Perspectivas

Após 25 anos como partido dominante no cenário nacional, a SWAPO não parece ter sua hegemonia em risco. Nas últimas eleições para autoridades regionais e municipais, conduzidas em dezembro de 2015, o partido registrou vitória avassaladora. A legenda foi, pela primeira vez, a mais votada em todos os Conselhos Regionais, o que lhe garantiu o controle do Conselho Nacional (a câmara alta do Congresso). Os resultados das eleições municipais também foram amplamente favoráveis à SWAPO, que venceu em 54 das 57 circunscrições do país.

POLÍTICA EXTERNA

Linhas gerais

Desde a independência, a política externa namibiana tem sido marcada por uma participação construtiva do país em fóruns multilaterais, como as Nações Unidas, a União Africana, a União Aduaneira da África Austral (SACU), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Movimento Não-Alinhado.

O governo namibiano também tem mantido relações estreitas com países que o ajudaram materialmente durante as lutas pela independência, como Cuba, China e Rússia. Outro traço de sua diplomacia é o uso de certa retórica antiocidental, remanescente da luta contra o domínio colonial sul-africano e – como ressonância de um passado mais distante – do domínio alemão.

Ressalte-se a preocupação do governo com a formação e atualização dos quadros diplomáticos. Os namibianos orgulham-se da experiência negociadora internacional acumulada pelos seus líderes ao longo da luta pela emancipação política do país. Anualmente, os chefes de missão diplomática são chamados à capital, a fim de atualizarem-se acerca dos principais projetos e programas nacionais.

África

A Namíbia é tradicional defensora da união continental. O governo reconhece o apoio da Organização da Unidade Africana (OUA), predecessora da União Africana (UA), na luta pela independência do país. Como entusiasta da integração regional, o país tem tido papel de destaque na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e na União Aduaneira da África Austral (SACU). Em julho de 2018, a Namíbia aderiu ao Acordo Continental Africano de Livre Comércio (AfCFTA) (vide seção “Economia”).

Em junho de 2016, a Namíbia assinou - conjuntamente com Botsuana, Lesoto, Moçambique, África do Sul e Suazilândia, todos membros da SADC, Acordo de Parceria Econômica (APE) que lhe permite livre acesso ao mercado da União Europeia.

A Namíbia entende que se devem buscar soluções africanas para problemas africanos. Ancorado neste princípio, o governo condenou a intervenção da OTAN na Líbia e considera que a decisão teve efeito direto sobre os desdobramentos no Mali. Opõe-se energicamente a toda tentativa de mudança de governo pela força e de alteração das fronteiras reconhecidas pela União Africana. A Namíbia é também defensora histórica da independência da autodenominada República Árabe Saaraui Democrática (RASD), tendo recebido no fim de maio de 2018, com honras de Chefe de Estado, o senhor Brahim Gali, líder saaraui, em visita a Windhoek.

África do Sul

As relações com a África do Sul são estreitas, apesar de persistir certa tensão, derivada da excessiva dependência econômica de Windhoek em relação a Pretória.

A África do Sul é o principal parceiro comercial da Namíbia. Representa em torno de 80% das importações namibianas e destino de cerca de 27% das exportações. A África do Sul é também o principal investidor na Namíbia, notadamente nos setores minerador, bancário e de seguros. A África do Sul fornece metade da energia elétrica e do petróleo consumido pela Namíbia. Em

março de 2018, o presidente sul-africano Cyril Ramaphosa visitou Windhoek, tendo tratado de temas variados, com ênfase nas relações econômico-comerciais entre os países. Em abril, o presidente Hage Geingob compareceu às exéquias de Winnie Mandela, em Soweto, quando convidou a primogênita dos Mandela a receber, em Windhoek, a comenda civil que o presidente namibiano havia conferido a Winnie Mandela em 2016 – pois a homenageada não pudera comparecer na ocasião.

Angola

As relações com o governo de Luanda são consideradas particularmente importantes, refletindo as ligações estreitas entre a SWAPO e o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). Entre 1976 e 1985, Luanda foi sede do quartel-general do movimento independentista namibiano. As Forças Armadas da Namíbia, por sua vez, contribuíram para a queda final do líder opositor Jonas Savimbi, da UNITA.

O governo namibiano tem expressado reiteradamente sua disposição de estreitar vínculos com o governo angolano, considerados estratégicos, de forma a reduzir a dependência econômica da Namíbia em relação à África do Sul. Em maio de 2018, o presidente angolano João Lourenço visitou a Namíbia e tomou parte na solenidade em memória do 40º aniversário do massacre de Cassinga, quando forças da África do Sul atacaram o campo de refugiados localizado no sul de Angola, matando cerca de 600 namibianos e 300 angolanos. Tropas cubanas prestaram os primeiros socorros e evacuaram os feridos, tendo acolhido dezenas de órfãos namibianos a quem foram oferecidos estudos até que pudessem retornar ao país – sendo uma das ações que contribuem para o imenso prestígio de Cuba junto ao governo da Namíbia. Durante a visita, João Lourenço anunciou que o banco de Angola liberaria montante de cerca de US\$ 51 milhões referentes ao acordo de conversão cambial firmado entre os dois países em 2014, o que representa ajuda significativa para o combalido estado das contas externas da Namíbia.

Angola e Namíbia firmaram acordo sobre o uso comum do rio Cunene e projeto de construção de uma usina hidrelétrica (Baynes) na região fronteiriça, com capacidade de 600Mw.

Alemanha

As relações entre a Namíbia e a Alemanha têm caráter especial. Antiga metrópole, a Alemanha ainda se faz presente na língua e em prédios e monumentos construídos no período colonial.

Os países têm disputa histórica referente ao pedido namibiano de compensações do governo alemão, em razão do genocídio perpetrado contra os povos autóctones Herero e Nama. O processo dos chamados *Genocide Talks* é dificultado, na origem, pelo fato de Berlim não reconhecer oficialmente as ações do governo colonial alemão como genocídio, a despeito das inúmeras comprovações históricas da campanha de extermínio racial implementada notadamente entre 1904 e 1907, que levaram à morte cerca de 100.000 hereros e namas. A questão da reparação chegou a provocar discussão acalorada entre o presidente Geingob e o embaixador alemão em fevereiro último.

Atualmente, a Alemanha busca intensificar as relações comerciais e a cooperação para o desenvolvimento com a Namíbia, inclusive por meio de investimentos na infraestrutura social e econômica do país. A Namíbia é o principal beneficiário *per capita* da assistência ao desenvolvimento prestada pela Alemanha ao continente africano.

China

Parceira histórica na época da luta pela independência, a China é uma clara prioridade política na agenda namibiana. A presença chinesa é considerável e expandiu-se constantemente nos últimos anos. Apesar da pouca relevância do mercado namibiano, a China parece atentar para a imagem da Namíbia como parceiro confiável e dotado de expressiva riqueza em recursos minerais. O urânio namibiano, em particular, tem despertado o interesse chinês.

Em abril de 2017, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Zhang Ming, foi ao país para manter encontros com o presidente Hage Geingob e a chanceler Netumbo Nandi-Ndaitwah. O vice-ministro chinês prometeu doar US\$ 2,9 milhões para fundo de combate às secas e condenou a participação de chineses na caça ilegal de rinocerontes no país. A imprensa local tem dado destaque à participação de nacionais chineses na caça ilegal de rinocerontes e de companhias chinesas em negócios escusos na Namíbia.

Em março de 2018, o presidente Hage Geingob realizou visita de estado à China, acompanhado de comitiva de 23 ministros de estado, governadores e mais de 60 empresários, com objetivo de atrair mais investimentos chineses para fomentar o desenvolvimento da Namíbia.

Reforma da ONU

A Namíbia segue a posição da União Africana no que se refere à reforma do Conselho. Em relação ao processo negociador, vê com resistências a proposta de arranjo intermediário, não aceitando “assentos de segunda classe” para a África. O país expressou apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no CSNU em junho de 2004, por ocasião da visita do então Presidente Sam Nujoma a Brasília.

ECONOMIA

A economia da Namíbia é, em boa medida, dependente da extração e do processamento de minerais para exportação. Cerca de 20% do PIB e de 50% das divisas recebidas pelo país são decorrentes dessa atividade. O país é um dos principais produtores mundiais de **diamante de aluvião**, cuja média de valor por quilate é a maior do mundo; é o quarto maior produtor de **urânio** (com 8% da oferta mundial do metal); extrai **zinco** em grandes quantidades e, em menor escala, outros metais como cobre e

ouro. A variação dos preços internacionais desses minérios e a perspectiva de exploração de novas minas, especialmente de urânio, são fatores determinantes para a evolução da economia local nos próximos anos. A outra indústria com alguma representatividade econômica é a pesca, setor marcado pela presença de figuras públicas entre seus acionários.

Os últimos dois anos foram marcados por significativa queda na atividade econômica. Em 2017, o país registrou contração de 0,6% do PIB; em 2016, foi registrado crescimento de 1,1%, forte redução se comparado ao crescimento de 5,2% em 2015 e dos 6,4% registrados em 2014, atribuída à baixa no preço internacional das *commodities* e às condições climáticas adversas (seca), bem como às dificuldades econômicas enfrentadas pela África do Sul e por Angola, países de cujas economias a Namíbia é fortemente dependente. A distribuição de renda namibiana permanece uma das piores do mundo, e a diversificação da economia local é uma das prioridades do atual governo. O novo presidente estabeleceu um Ministério de Erradicação da Pobreza e garantiu que a extrema pobreza será eliminada até 2025, o que coincidirá com o fim de seu eventual segundo mandato.

A agricultura local é de subsistência e, apesar da pequena participação no PIB, emprega cerca de 40% da população economicamente ativa do país. A fim de incentivar o desenvolvimento de uma agricultura comercial competitiva e de coibir o elevado êxodo rural, o governo namibiano vem desenvolvendo o projeto *Green Scheme Initiative*, que, desde outubro de 2004, tem promovido o uso intensivo de irrigação. O aumento da produção agrícola é visto como oportunidade para garantir emprego em zonas rurais e desencorajar migração em massa para as cidades.

A reversão do perfil importador do país (estima-se que cerca de 75% de tudo que se consome na Namíbia seja importado da África do Sul) exige grandes investimentos e melhorias de ordem técnica que não parecem tangíveis no curto prazo. O aumento das secas tem se mostrado entrave de difícil solução.

A taxa de desemprego do país alcançou o alarmante nível de 37% em 2017 (dados oficiais da *National Planning Commission*). As autoridades namibianas reconhecem, nesse sentido, que o crescimento econômico do país ainda tem sido insatisfatório para atingir os objetivos de redução significativa da pobreza e de conversão do país em uma sociedade industrial.

Para melhorar a qualificação da mão de obra local, o presidente Geingob anunciou a introdução de ensino secundário público e universal no país, encorajando o setor privado a “fazer mais” com relação ao desenvolvimento de habilidades e ao treinamento da mão de obra namibiana.

Em termos de infraestrutura, a principal limitação do país é a oferta de energia, com o resultante encarecimento desse insumo. A Namíbia depende do fornecimento de energia de seus principais vizinhos (África do Sul, Angola e Zâmbia), com os quais há projetos de interconexão das linhas de transmissão de energia sendo desenvolvidos. Atualmente, somente 47% da população faz uso de energia elétrica.

A matriz energética da Namíbia é dominada por combustíveis fósseis (77% da oferta de energia provém do petróleo). A despeito da intensa prospecção em suas águas territoriais, ainda não há exploração comercial de petróleo no país, que depende integralmente de importações de derivados para atender à demanda doméstica. A expansão de energias renováveis é parte da política energética da Namíbia, país que possui bom potencial de geração eólica e solar. Em abril de 2015, entrou em vigor uma *Renewable Energy Feed-In Tariff* (REFIT), tarifa especial que busca incentivar micro e minigeração elétrica por fontes renováveis (biomassa, solar e eólica).

Ainda em termos de infraestrutura, buscam-se a extensão e o aperfeiçoamento das malhas rodoviária e ferroviária e da estrutura portuária, sendo dois os projetos principais: a construção da Ferrovia Transkalahari, que ligará Botsuana ao litoral da Namíbia - atraindo para o litoral atlântico fluxos comerciais que, de outra forma, seriam dirigidos ao porto de Durban, na África do Sul, o qual se encontraria próximo à saturação; e o projeto de ampliação do parque de tanques petroleiros no complexo portuário de Walvis Bay.

Investimentos

A estabilidade política e a segurança jurídica são os dois grandes diferenciais que fazem da Namíbia um polo de atração para investimentos estrangeiros. Em vista das particularidades do país, as melhores oportunidades de investimento estariam no campo dos minérios, da construção civil e projetos de engenharia, do processamento da pesca e da geração de energia.

Como economia voltada para a exportação, a Namíbia dispõe de dois principais mecanismos destinados a atrair investimento direto estrangeiro: a *Foreign Investment Act* (implementada em 1990, estabelece igualdade de condições entre investidores locais e estrangeiros) e o Programa de Zonas de Processamento de Exportação (de 1996, oferece benefícios como isenção fiscal, legislação trabalhista flexível, isenção do imposto de importação para a compra de maquinário e insumos básicos e permissão para manter conta corrente em moeda estrangeira nos bancos locais).

Os investimentos externos têm-se concentrado na exploração de minérios. Os principais países investidores no setor mineiro namibiano (dados de 2015) são África do Sul, Reino Unido, Estados Unidos e Alemanha.

No que tange à atuação de empresas brasileiras, a unidade de negócios de óleo e gás da construtora Cowan opera dois poços na bacia de Luderitz, com participação de 20% em consórcio com mais outras três empresas estrangeiras do setor.

A Petrobras abriu mão, em 2014, dos direitos de exploração de bloco localizado no mar meridional da Namíbia, que explorava em parceria com British Petroleum e Enigma, por considerá-lo de altíssimo risco comercial.

A construtora Camargo Correa vem, desde 2015 prospectando negócios na Namíbia, já havendo manifestado interesse na duplicação de rodovias no país. A Queiroz Galvão também mantém escritório no país.

Por sua vez, o Walvis Bay Corridor Group é a única empresa namibiana de que se tem notícia presente no Brasil. O grupo, especializado em manuseio de cargas, logística e serviços de transportes, abriu escritório de representação no Brasil em 2012, e alega oferecer o melhor custo-benefício no que concerne ao tempo de viagem e às facilidades logísticas entre a América Latina e a África Austral.

Acordo Continental Africano de Livre Comércio (AfCFTA)

A Namíbia aderiu ao Acordo Africano de Livre Comércio (AfCFTA) na reunião da União Africana ocorrida em Nouakchott, capital da Mauritânia, no início de julho. O documento assinado pelo presidente Hage Geingob necessita ainda ser submetido à Assembleia Nacional para aprovação.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1886-90	Fronteiras internacionais atuais estabelecidas por tratados da Alemanha com Portugal e Reino Unido. A Alemanha anexa o território como África do Sudoeste.
1915	A África do Sul ocupa o território após a Primeira Grande Guerra.
1920	A Liga das Nações garante o mandato sul-africano sobre a África do Sudoeste.
1946	As Nações Unidas não permitem a anexação da África do Sudoeste pela África do Sul. Esta, por sua vez, se recusa a manter aquela sob tutela da ONU.
1958	Herman Toivo Ya Toivo e outros criam o Congresso Popular Ovamboland, que se torna a South West Africa People's Organisation (SWAPO) em 1960.
1961	Assembleia Geral das Nações Unidas pede que a África do Sul termine seu mandato e estabelece a independência da África do Sudoeste como meta.
1966	A SWAPO lança luta armada contra a ocupação sul-africana.
1968	A África do Sudoeste é oficialmente denominada Namíbia pela Assembleia Geral das Nações Unidas.
1972	A Assembleia Geral das Nações Unidas reconhece a SWAPO como único representante legítimo do povo da Namíbia
1988	A África do Sul concorda com a independência da Namíbia em troca da remoção das tropas cubanas de Angola.
1989	Realização de eleições para a Assembleia Constituinte da Namíbia supervisionadas pela ONU, com vitória da SWAPO.
1990	Em 21 de março, a Namíbia torna-se independente, com Sam Nujoma como primeiro presidente.
1994	Enclave sul-africano de Walvis Bay retorna à Namíbia.
1994	Sam Nujoma e a SWAPO são reeleitos.
1999	Sam Nujoma vence eleições para seu terceiro mandato presidencial.

2004	Hifikepunye Pohamba, escolhido pelo Presidente Nujoma, vence eleições presidenciais. Ele é empossado em março de 2005.
2005	Governo inicia desapropriação de terras pertencentes a fazendeiros brancos como parte do programa de reforma agrária.
2009	Hifikepunye Pohamba é reeleito presidente para mais um mandato.
2012	Após o V Congresso Ordinário da SWAPO, reforma ministerial eleva Hage Geingob ao posto de Primeiro-Ministro.
2014	Hage Geingob é eleito Presidente da República
2018	Falece o célebre político Theo-Ben Gurirab, ícone da independência namibiana.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1987	Visita de Dr. Sam Nujoma ao Brasil como líder da SWAPO, quando foi recebido pelo Presidente José Sarney, março.
1989	Abertura do Escritório de Observação do Governo brasileiro em Windhoek, novembro.
1990	Criação da Embaixada do Brasil, Decreto nº 99.404, de 19 de julho.
1990	Apresentação de credenciais do primeiro Embaixador brasileiro em Windhoek (Mario Augusto Santos), novembro de 1990.
1991	Visita do Presidente Fernando Collor, Windhoek, 13 de setembro.
1994	Assinatura do Acordo de Cooperação Naval, 4 de março.
1995	Visita do Ministro de Negócios Estrangeiros, Theo Ben-Gurirab, para Reunião da Comissão Mista, Brasília, 07 de março. Assinatura do Acordo Básico de Cooperação Técnica.
1995	Visita oficial do Presidente Sam Nujoma ao Brasil, (Brasília, São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro), 31 de outubro a 3 de novembro.
1999	Visita de Estado do Presidente Sam Nujoma ao Brasil, Brasília, 28-29 de setembro.
2001	Assinatura de Acordo sobre Cooperação Naval, 03 de dezembro.
2003	Visita oficial do Ministro das Relações Exteriores a

	Windhoek, Embaixador Celso Amorim, 8-9 de maio.
2003	Abertura da Embaixada da Namíbia em Brasília, outubro.
2003	Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Windhoek, 6-7 de novembro.
2004	Visita de trabalho do Presidente Sam Nujoma, São Paulo, 20-22 de junho.
2005	Visita do Vice Presidente José Alencar a Windhoek para a posse do Presidente Hifikepunye Pohamba, 21 de março.
2008	Visita oficial do Ministro das Relações Exteriores, Marco Hausiku, Brasília, 17 de setembro.
2009	Visita oficial do Presidente Hifikepunye Pohamba, em fevereiro.
2009	Visita do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, à Namíbia em junho. Assinatura de Acordo de Cooperação.
2011	Visita do Ministro Antonio Patriota a Windhoek (julho); realização da II Reunião da Comissão Mista (11-12 de julho).
2012	Visita do Ministro Utoni Nujoma a Brasília (maio)
2012	Visita do Ministro da Defesa da Namíbia, Charles Namoloh (outubro).
2013	Visita do Ministro Celso Amorim a Windhoek.
2015	Chefe do Estado Maior do Exército, General Sérgio Westphalen Etchegoyen, visitou a Namíbia.
2017	Ministro Aloysio Nunes Ferreira realiza visita a Windhoek.

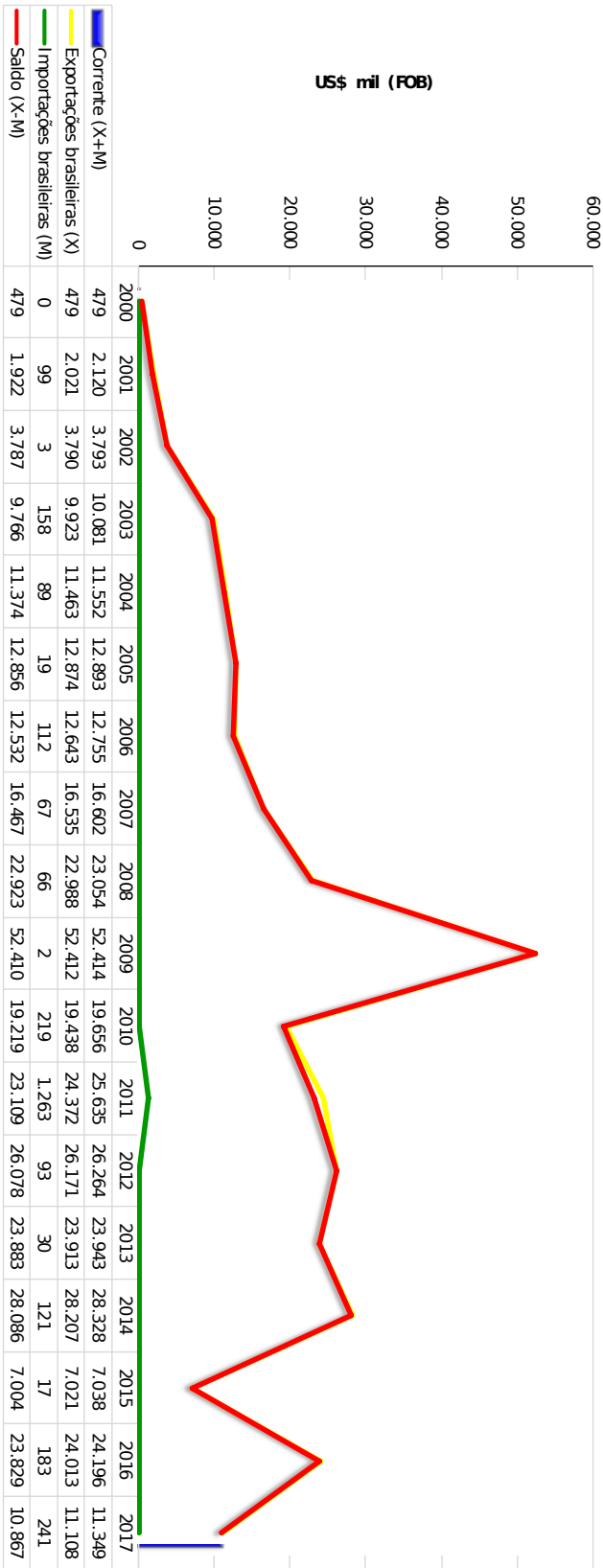
TÍTULO	DATA DA CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR
Acordo para Dispensa de Visto em Passaporte Diplomático, de Serviço ou Comum	29/10/1992	28/11/1992
Acordo Básico de Cooperação Técnica	07/03/1995	18/09/1998
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	07/03/1995	18/10/1998
Acordo sobre Cooperação Naval	03/12/2001	11/07/2003
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de	29/09/2003	29/09/2003

	Desenvolvimento Urbano			ATOS
	Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Intercâmbio Técnico, Científico e Cultural entre Instituições de Patrimônio Histórico	07/11/2003	07/11/2003	
	Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	17/09/2008	17/09/2008	
	Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa	01/06/2009	12/08/2011	
	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Namíbia – Fase II"	14/07/2011	14/07/2011	
BILATERAIS				

Mapa



Comércio Brasil-Namíbia

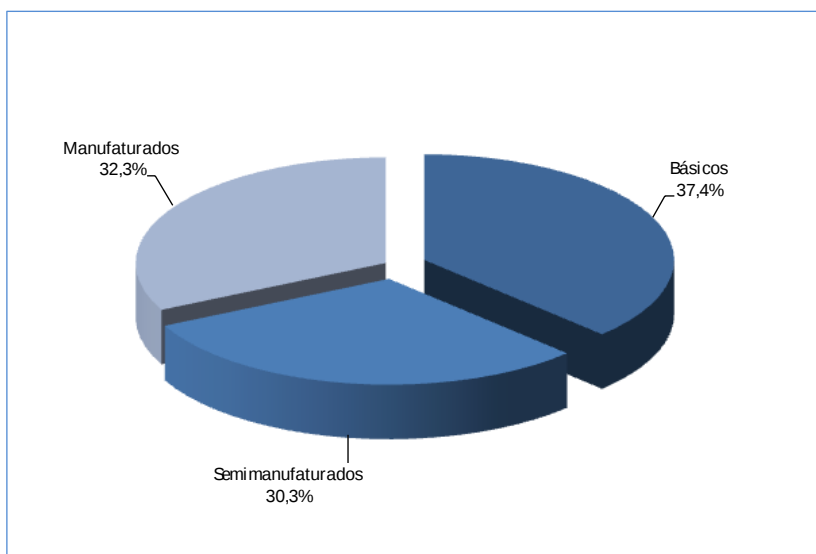


2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-jun)	5.315	81	5.395	5.234
2018 (jan-jun)	3.166	7	3.173	3.159

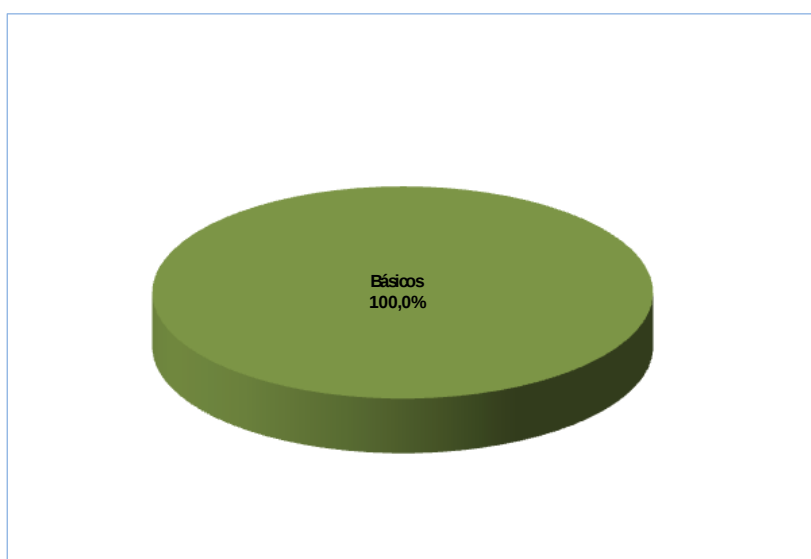
Elaborado pelo MRE/PPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDI/C/SECEX, julho de 2018.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



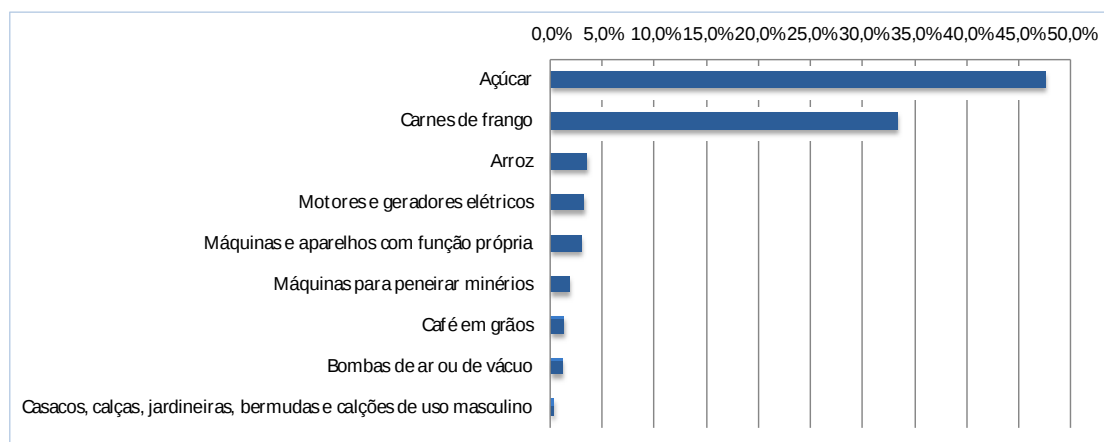
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, julho de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a Namíbia (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	129	1,8%	545	2,3%	5.273	47,5%
Carnes de frango	840	12,0%	792	3,3%	3.701	33,3%
Arroz	561	8,0%	425	1,8%	390	3,5%
Motores e geradores elétricos	5	0,1%	0	0,0%	352	3,2%
Máquinas e aparelhos com função própria	160	2,3%	0	0,0%	320	2,9%
Máquinas para peneirar minérios	388	5,5%	180	0,7%	200	1,8%
Café em grãos	139	2,0%	100	0,4%	146	1,3%
Bombas de ar ou de vácuo	75	1,1%	26	0,1%	120	1,1%
Casacos, calças, jardineiras, bermudas e calções de uso masculino	606	8,6%	153	0,6%	41	0,4%
Locomotivas e locotratores; tenderes	0	0,0%	20.267	84,4%	0	0,0%
Subtotal	2.903	41,3%	22.488	93,6%	10.543	94,9%
Outros	4.118	58,7%	1.525	6,4%	565	5,1%
Total	7.021	100,0%	24.013	100,0%	11.108	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Julho de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

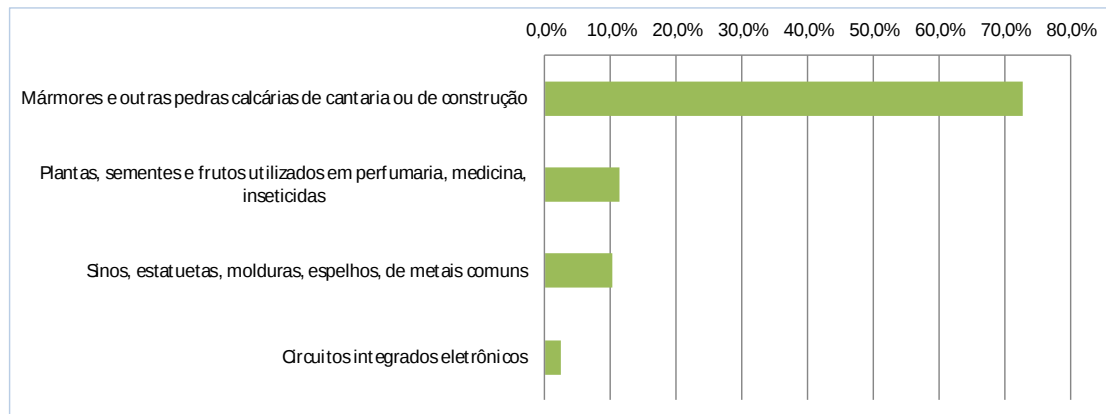


Composição das importações brasileiras originárias da Namíbia (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Mármore e outras pedras calcárias de cantaria ou de construção	0	0,0%	71	38,5%	175	72,7%
Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina, inseticidas	15	89,0%	41	22,4%	27	11,4%
Sinos, estatuetas, molduras, espelhos, de metais comuns	0	0,0%	0	0,0%	25	10,2%
Circuitos integrados eletrônicos	0	0,0%	0	0,0%	6	2,5%
Subtotal	15	89,0%	112	61,0%	233	96,8%
Outros	2	11,0%	72	39,0%	8	3,2%
Total	17	100,0%	183	100,0%	241	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Julho de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



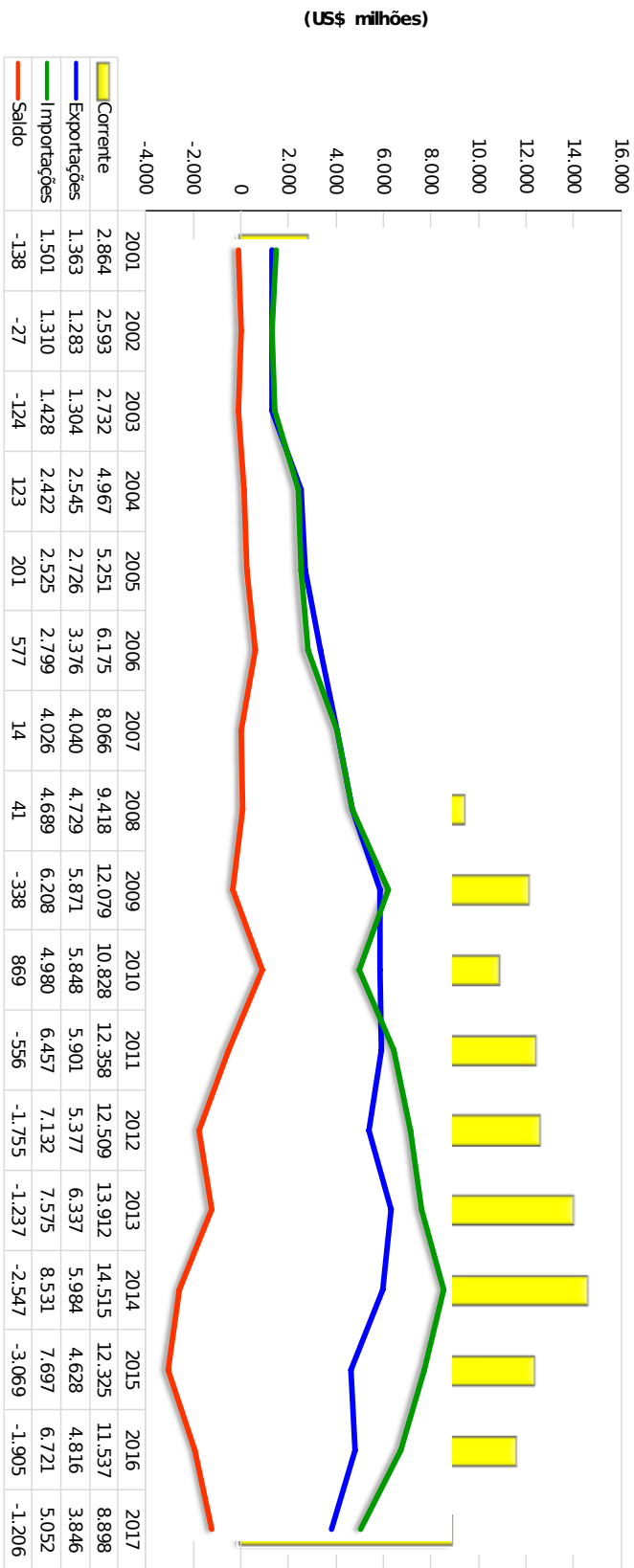
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-jun)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-jun)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Carnes de frango	795	15,0%	1.740	55,0%	
Açúcar	3.282	61,7%	307	9,7%	
Arroz	182	3,4%	236	7,5%	
Pneus novos de borracha	0	0,0%	223	7,0%	
Carnes de suína	16	0,3%	136	4,3%	
Casacos, calças, jardineiras, bermudas e calções de uso masculino	41	0,8%	114	3,6%	
Máquinas para peneirar minérios	90	1,7%	80	2,5%	
Tripas, bexigas e estômagos de animais, exceto peixes	0	0,0%	64	2,0%	
Ladrilhos não vidrados de cerâmica	41	0,8%	62	1,9%	
Máquinas para colheita agrícola	5	0,1%	37	1,2%	
Subtotal	4.452	83,8%	2.998	94,7%	
Outros	862	16,2%	168	5,3%	
Total	5.315	100,0%	3.166	100,0%	

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-jun)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-jun)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Impressoras e máquinas auxiliares para impressão	0	0,0%	3	46,4%	
Software, discos e fitas para armazenamento de dados	0	0,0%	2	29,1%	
Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina, inseticidas	27	34,1%	1	14,1%	
Díodos, transistores	0	0,0%	1	9,6%	
Mármore e outras pedras calcárias de cantaria ou de construção	43	53,4%	0	0,0%	
Circuitos integrados eletrônicos	6	7,4%	0	0,0%	
Subtotal	77	94,9%	7	99,2%	
Outros produtos	4	5,1%	0	0,8%	
Total	81	100,0%	7	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Conxestat, Julho de 2018.

Comércio Namíbia x Mundo



Elaborado pelo MRE/DPY/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, julho 2018.

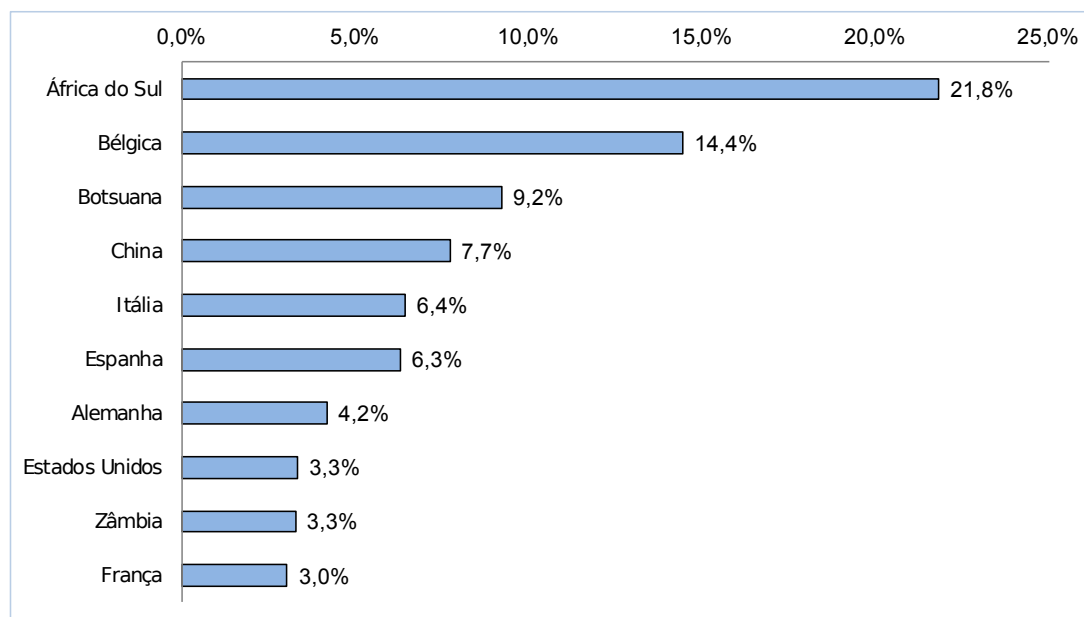
O país não informou ao banco de dados TradeMap, suas estatísticas de comércio referentes ao ano de 2017. Portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Principais destinos das exportações da Namíbia
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
África do Sul	839	21,8%
Bélgica	555	14,4%
Botsuana	354	9,2%
China	297	7,7%
Itália	247	6,4%
Espanha	242	6,3%
Alemanha	160	4,2%
Estados Unidos	128	3,3%
Zâmbia	125	3,3%
França	117	3,0%
...		
Brasil (66º lugar)	0	0,0%
Subtotal	3.066	79,7%
Outros países	780	20,3%
Total	3.846	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, July 2018.

O país não informou ao banco de dados Trademap, suas estatísticas de comércio referentes ao ano de 2017. Portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

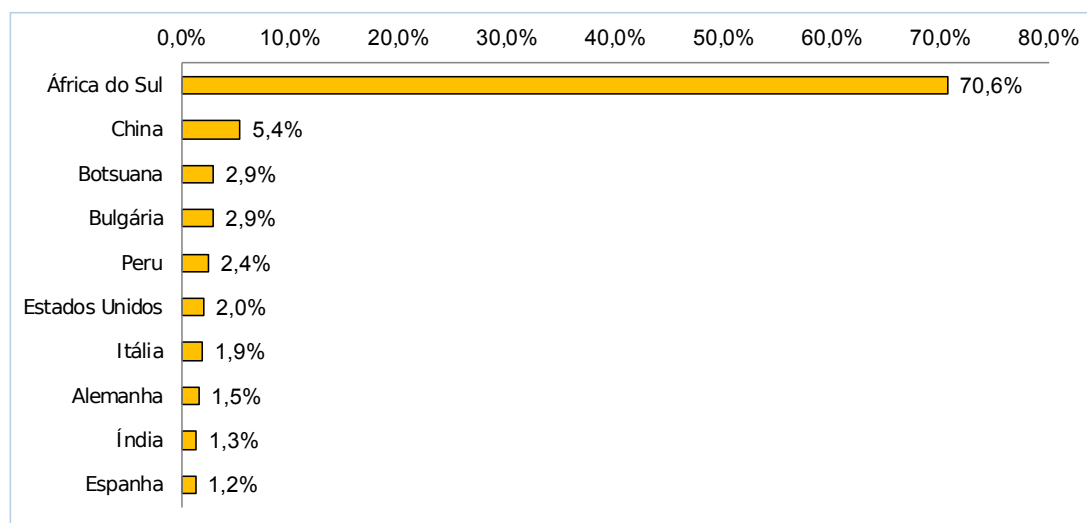


Principais origens das importações da Namíbia
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
África do Sul	3.568	70,6%
China	271	5,4%
Botsuana	147	2,9%
Bulgária	146	2,9%
Peru	123	2,4%
Estados Unidos	101	2,0%
Itália	95	1,9%
Alemanha	78	1,5%
Índia	67	1,3%
Espanha	62	1,2%
...		
Brasil (21º lugar)	11	0,2%
Subtotal	4.669	92,4%
Outros países	382	7,6%
Total	5.052	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, July 2018.

O país não informou ao banco de dados Trademap, suas estatísticas de comércio referentes ao ano de 2017. Portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



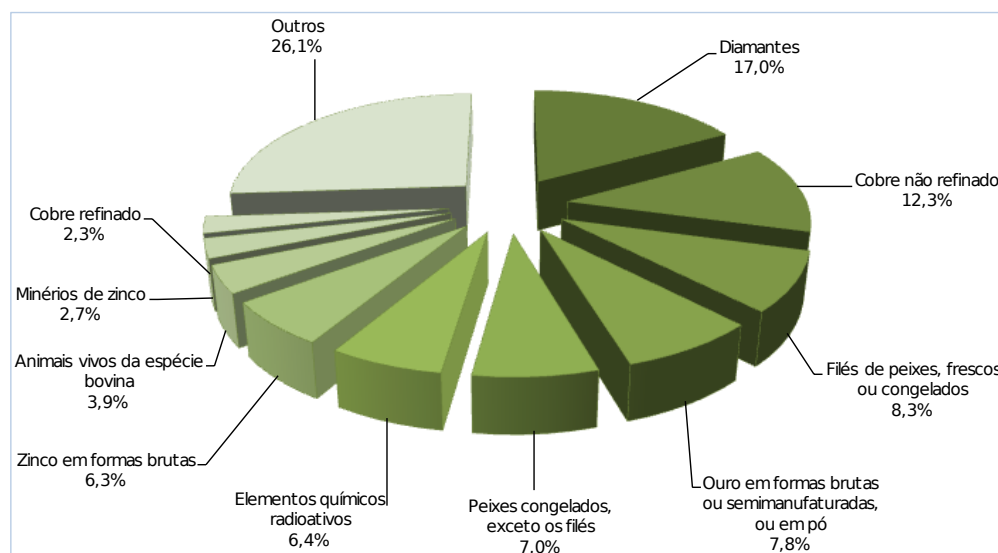
Composição das exportações da Namíbia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Diamantes	652	17,0%
Cobre não refinado	472	12,3%
Filés de peixes, frescos ou congelados	321	8,3%
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	299	7,8%
Peixes congelados, exceto os filés	268	7,0%
Elementos químicos radioativos	246	6,4%
Zinco em formas brutas	241	6,3%
Animais vivos da espécie bovina	149	3,9%
Minérios de zinco	106	2,7%
Cobre refinado	90	2,3%
Subtotal	2.843	73,9%
Outros	1.003	26,1%
Total	3.846	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, July 2018.

O país não informou ao banco de dados Trademap, suas estatísticas de comércio referentes ao ano de 2017. Portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos exportados



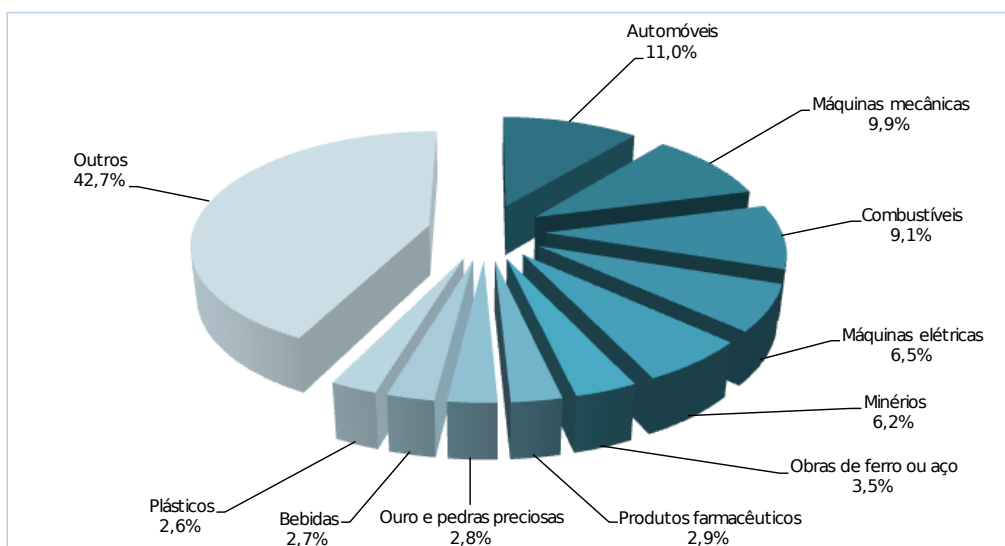
Composição das importações da Namíbia (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Automóveis	556	11,0%
Máquinas mecânicas	502	9,9%
Combustíveis	462	9,1%
Máquinas elétricas	330	6,5%
Minérios	314	6,2%
Obras de ferro ou aço	178	3,5%
Produtos farmacêuticos	144	2,9%
Ouro e pedras preciosas	141	2,8%
Bebidas	136	2,7%
Plásticos	133	2,6%
Subtotal	2.896	57,3%
Outros	2.155	42,7%
Total	5.052	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, July 2018.

O país não informou ao banco de dados Trademap, suas estatísticas de comércio referentes ao ano de 2017. Portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos da Namíbia

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	1,08%	-1,16%	1,22%	3,26%	3,78%
PIB nominal (US\$ bilhões)	10,95	12,69	13,30	14,07	14,94
PIB nominal "per capita" (US\$)	4.709	5.413	5.627	5.905	6.218
PIB PPP (US\$ bilhões)	26,35	36,51	27,44	28,95	30,64
PIB PPP "per capita" (US\$)	11.335	11.312	11.613	12.151	12.752
População (milhões habitantes)	2,32	2,34	2,36	2,38	2,40
Inflação (%) ⁽²⁾	7,30%	5,17%	5,75%	5,75%	5,75%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-14,14%	-1,41%	-3,61%	-5,07%	-5,72%
Dívida externa (US\$ bilhões)	6,36	7,97	8,23	8,54	8,71
Câmbio (N\$ / US\$) ⁽²⁾	13,62	12,38	13,45	14,48	15,00

Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	6,6%
Indústria	25,8%
Serviços	67,6%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 2nd Quarter 2018 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.

